



Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2023

Panorama dos municípios do Rio de Janeiro e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Investimentos** e **Liquidez**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

Nesta edição, o Índice Firjan de Gestão Fiscal faz referência ao ano 2022 e avalia as contas de 5.240 municípios. No ano de 2022, as prefeituras contaram com um cenário econômico favorável, que proporcionou maior liquidez de receitas, devido ao alto crescimento do PIB e inflação. Com mais recursos em caixa, 3.045 cidades apresentaram classificação boa ou excelente no IFGF.

A despeito desses dados positivos, o quadro fiscal favorável não se mostrou consistente. São muitos os pleitos por mais transferências de recursos para arcar com as obrigações financeiras e para o cumprimento das atribuições locais. O IFGF evidencia que existe um quadro crônico de insustentabilidade fiscal das contas municipais: ao menos 2.195 prefeituras (41,9% do total analisado) começaram o ano de 2023 apresentando uma situação fiscal preocupante.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

De fato, o contexto é de alerta: há **alta dependência por transferências** de receitas; planejamento financeiro vulnerável, diante do **crescimento de despesas obrigatórias**; e risco de **corte de investimentos** e precarização das funções públicas essenciais à população.

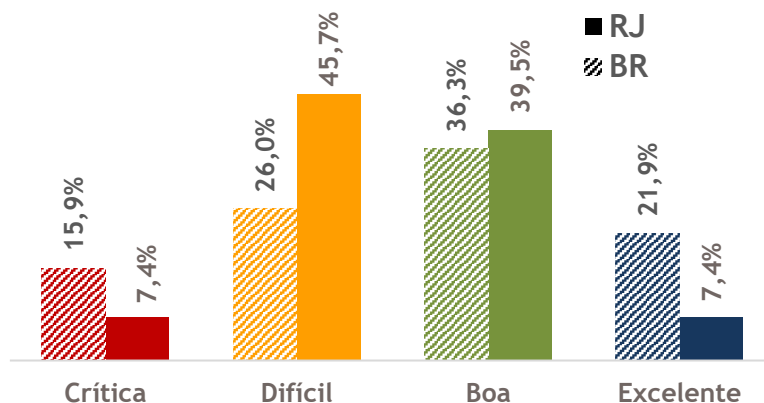
Neste cenário, este estudo aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado do Rio de Janeiro². Foram analisadas as contas de 81 dos 92 municípios fluminenses³, onde vivem 17,0 milhões de pessoas - 97,3% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Fluminenses

Municípios fluminenses apresentam nível crítico de autonomia e investem menos que o restante do país

Mais da metade dos municípios do Rio de Janeiro (53,1%) finalizou o ano de 2022 com situação fiscal difícil ou crítica no IFGF. Ademais, chama atenção o baixo percentual de prefeituras que administraram seus recursos com excelência: 7,4% do total analisado, especialmente quando comparado com o quadro nacional, onde 21,9% das cidades pontuaram acima de 0,8 pontos. No entanto, apesar do cenário majoritariamente negativo, 39,5% das prefeituras fluminenses apresentaram boa situação fiscal.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios fluminenses em 2022



² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os municípios Araruama, Carapebus, Carmo, Duas Barras, Laje de Muriaé, Mendes, Mesquita, Miracema, Quissamã, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro estão fora da base devido à indisponibilidade de dados ou inconsistência nas informações declaradas.

O IFGF médio dos municípios fluminenses foi de 0,6062 ponto, levemente inferior ao desempenho nacional (0,6250). Na média, o contexto econômico favoreceu para que os municípios apresentassem baixa rigidez orçamentária e excelente planejamento financeiro. No entanto, o quadro fiscal dos municípios fluminenses foi marcado pelo nível crítico de autonomia e baixo nível de investimentos públicos.

A seguir serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2022 dos municípios do Rio de Janeiro, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** dos municípios fluminenses foi de 0,3765 ponto, o pior resultado entre os quatro indicadores avaliados. O indicador verifica se as receitas oriundas da atividade econômica do município suprem os custos para manter a Câmara de Vereadores e a estrutura administrativa da prefeitura. A pontuação média do estado traduz um cenário de grande dificuldade na capacidade de gerar receita local para arcar com esses custos, que representam o mínimo necessário para garantia de existência de uma cidade. Na média, os municípios do Rio de Janeiro apresentaram desempenho ainda mais baixo do que as demais cidades do país. A baixa autonomia das prefeituras se configura como um quadro crônico de alta dependência por transferências de outros entes⁴. Entre as cidades fluminenses, dezesseis⁵ apresentaram nota zero no indicador, pois, nesses municípios a receita local não foi suficiente para cobrir as despesas administrativas.

No **IFGF Gastos com Pessoal**, que mede quanto da receita dos municípios está comprometida com pagamento de pessoal, os municípios do Rio apresentaram um bom desempenho: 0,7869 ponto. Este resultado superou a média nacional (0,7031). De fato, o contexto de altas receitas favoreceu para que houvesse bom nível de flexibilidade orçamentária e baixo comprometimento do orçamento com despesas do funcionalismo público.

Não obstante, ainda há desafios a serem superados, uma vez que doze prefeituras ainda apresentam um quadro crítico no IFGF Gastos com Pessoal⁶ - ou seja, gastaram mais de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a folha de salário do funcionalismo público e, ultrapassaram, no mínimo, o limite de alerta definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre essas, duas ultrapassaram o limite máximo de 60%⁷. A análise do histórico das contas públicas dos municípios mostra que existem alguns fatores de risco para a sustentabilidade fiscal: o caráter obrigatório das despesas de pessoal; a influência de decisões tomadas em âmbito federal que representem em aumento dos gastos obrigatórios; e o desequilíbrio das contas previdenciárias⁸. Devido a esses elementos, nos períodos de forte crescimento da receita, como ocorreu em

⁴ Para maiores detalhes acessar a análise completa disponível em: www.firjan.com.br/ifgf

⁵ Aperibé, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Iguaba Grande, Maricá, Miguel Pereira, Paracambi, Rio das Flores, São Francisco de Itabapoana, São José de Ubá, Seropédica, Tanguá e Varre-Sai.

⁶ Belford roxo, Cabo Frio, Cordeiro, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Itatiaia, Nilópolis, Resende, São João de Meriti, São Sebastião do Alto, Tanguá, Teresópolis.

⁷ São João de Meriti e Tanguá.

⁸ Para maiores detalhes acessar a análise completa disponível em: www.firjan.com.br/ifgf

2022, as contas parecem equilibradas, e nos períodos de redução, há insustentabilidade e demanda por mais transferências de recursos para cumprir com as despesas obrigatórias infladas.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras apresentam recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios fluminenses apresentaram excelente desempenho: 0,8528 ponto - o melhor resultado entre os quatro indicadores. Com isso, se destacaram frente a média nacional (0,7198). O aumento das receitas também contribuiu para que houvesse mais recursos disponíveis no caixa. No sentido contrário, apenas duas prefeituras fluminenses⁹ receberam nota zero no indicador por terem fechado o ano sem recursos em caixa para cobrir suas obrigações financeiras. O planejamento é um fator fundamental não só para o atendimento às necessidades básicas da população como também para o cumprimento das obrigações com fornecedores e a atração de investidores.

Por fim, no **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, na média, os municípios do Rio apresentaram resultados inferiores à média nacional: 0,4085 contra 0,6683. Mesmo em um cenário de alta liquidez e flexibilidade orçamentária, baixo percentual da receita foi destinado para investimentos públicos. Na comparação entre os demais estados, os municípios do Estado do Rio apresentam o segundo pior desempenho no indicador de investimentos, atrás apenas dos municípios de Sergipe. Na média nacional, 8,0% da receita foi destinada para esse tipo de despesa, enquanto nas cidades fluminenses esse percentual foi de 4,5%. Os impactos desse resultado são sociais e econômicos, visto que essas despesas têm inerentemente a capacidade de gerar bem-estar para a população e melhoria do ambiente de negócios local.

Capital

A capital Rio de Janeiro apresentou uma boa situação fiscal em 2022 (0,7562 ponto) e desempenho superior ao registrado pela média dos municípios do estado e do restante do país. De fato, o histórico das contas públicas das capitais mostra uma realidade diferente da maioria dos municípios, sobretudo com relação à capacidade de geração de receita própria para arcar com os custos da estrutura administrativa. No IFGF Autonomia, a capital fluminense obteve nota máxima, assim como a maioria das capitais do país.

Ademais, o município também fechou o ano com alto nível de flexibilidade orçamentária (IFGF Gastos com Pessoal de 0,8016 ponto) e boa capacidade de planejamento financeiro (IFGF Liquidez de 0,6444 ponto). No IFGF Investimentos, a capital do Rio de Janeiro apresentou baixo desempenho (0,5788 ponto), contudo, houve melhora do indicador frente ao resultado dos últimos anos.

Nesse cenário, considerando o ranking de gestão fiscal dos municípios fluminenses, a capital do Rio de Janeiro ficou com a 12ª posição em 2022. E no ranking das capitais brasileiras, a cidade do Rio de Janeiro ficou em

⁹ Rio das Flores e São João de Miriti.

16ª colocação. Apesar de não se destacar no topo dos rankings, a análise das contas da capital fluminense mostra expressiva melhora da situação fiscal depois de um longo período de desempenho crítico no IFGF.

Até 2016, a cidade do Rio de Janeiro estava no topo do ranking das capitais, sobretudo devido ao alto nível de investimentos públicos, que se destacaram no contexto da Copa do Mundo e da Olimpíadas, realizadas na cidade. No entanto, mesmo nesses anos, observamos menores notas no IFGF Gastos com Pessoal e IFGF Liquidez.

O quadro fiscal se deteriorou principalmente a partir de 2017: alto nível de comprometimento do orçamento com despesas obrigatórias, planejamento financeiro ineficiente e forte corte de investimentos públicos - foram quatro anos com nota zero no IFGF Liquidez. Com isso, entre 2017 e 2020, a cidade do Rio de Janeiro assumiu a última posição do ranking de situação fiscal das capitais.

A reversão desse quadro aconteceu a partir de 2021. Neste ano, os municípios contaram com um contexto econômico mais favorável, ademais, a capital realizou uma agenda de reformas que possibilitou maior eficiência na alocação de recursos e cumprimento de obrigações financeiras. Além do Plano Estratégico do município, com vigência entre 2021 e 2024, que previa investimentos na ordem de R\$ 13,9 bilhões, é importante acrescentar que três medidas foram aprovadas para o alcance da sustentabilidade das contas do Rio de Janeiro: o Novo Regime Fiscal, a Reforma Tributária Municipal e o Plano de Recuperação da Previdência dos Servidores. Esses instrumentos, se de fato implementados, são fundamentais para o equilíbrio sustentável das contas do município e podem ser o caminho para que a cidade volte ao patamar de alto desempenho no IFGF apresentado em 2013.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município do Rio de Janeiro

Ano	IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,9287	1,0000	1,0000	0,7147	1,0000
2014	0,8821	1,0000	0,8871	0,6412	1,0000
2015	0,8486	1,0000	0,8693	0,5253	1,0000
2016	0,7490	1,0000	0,5249	0,4711	1,0000
2017	0,3839	1,0000	0,2475	0,0000	0,2881
2018	0,4227	1,0000	0,4559	0,0000	0,2349
2019	0,3496	1,0000	0,1819	0,0000	0,2163
2020	0,3043	1,0000	0,0575	0,0000	0,1596
2021	0,6909	1,0000	0,9671	0,6851	0,1116
2022	0,7562	1,0000	0,8016	0,6444	0,5788

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan) - Av. Graça Aranha, 01 - CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro. Presidente: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa: João Paulo Alcântara Gomes; Gerente Geral de Competitividade: Luis Augusto Azevedo; Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart.

Equipe Técnica: Allan Oliveira, Jefferson Silva e Nayara Freire.

Informações: economia@firjan.com.br